

SOCIEDADE DA IMAGEM E SILICOLONIZAÇÃO DA DEMOCRACIA À LUZ DO DISCURSO DO PRESIDENTE BRASILEIRO NA 76ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Filipe Eduardo Macedo de Menezes Correio,
Filipe Eduardo Macedo de Menezes Correio,
Mestrando pela UNICAP,
Pós-graduado em direito civil e empresarial pela UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4313-3175>

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger,
Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Professora do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professora dos cursos de graduação e do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de

Image Society and silicolonization of democracy from the Brazilian president’s speech at the 76th session of the General Assembly of the United Nations

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade formular uma análise crítica do discurso do presidente da república do Brasil na 76ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e por meio da revisão bibliográfica de autores como Marshal McLuhan, Erik Sadin, Pierre Levy e Zygmunt Bauman aliados a dados estatísticos de Institutos de Pesquisa nacionais, buscar respostas para a seguinte problemática: As mídias eletrônicas e as novas tecnologias da informação e comunicação favorecem a construção de uma identidade espectral “mítica” de políticos neopopulistas em desfavor da democracia contemporânea? O objetivo específico é compreender o processo dialético em que se cruzam fatos sociais e interesses econômicos nas plataformas digitais, na hipótese de que apenas o diálogo poderá superar as formas



Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público- FMP/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9366-9237>

João Paulo Allain Teixeira, Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco, Professor na Universidade Católica de Pernambuco e Professor nas Faculdades Integradas Barros Melo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9467-6973>

Data de submissão: 30/12/2021
Data de aceite: 26/05/2022

de agressividade e ódio discursivo nas redes sociais. Para tanto, serão apresentados e revisitados conceitos de biopolítica, necropolítica, antropotecnica, silicolonização da sociedade e imagem técnica. Método de abordagem dialético, com análise de conteúdo e técnica de pesquisa essencialmente bibliográfica.

Palavras-chave: Sociedade. Imagem. Redes sociais. Silicolonização. Discurso. Democracia. Populismo

Abstract

This paper puts forward a critical analysis of the speech of the President of the Republic of Brazil at the 76th Session of the General Assembly of the United Nations, by undertaking a hypothetical-deductive approach and a bibliographical review of authors such as Marshal McLuhan, Erik Sadin, Pierre Levy and Zygmunt Bauman. Statistical data from national Research Institutes will also be used, all with a view to seeking answers to the following issue: Do electronic media and new information and communication technologies favor the construction of a “mythical” spectral identity of neopopulist politicians to detriment of contemporary democracy? The specific objective is to understand the dialectical process in which social facts and economic interests intersect on digital platforms, under the hypothesis that only dialogue can overcome forms of aggressiveness and discursive hatred in social networks. Therefore, concepts of biopolitics, necropolitics, anthropotechnics, the siliconization of society and technical image will be presented and revisited. Dialectical approach method, with content analysis and essentially bibliographic research technique.

Keywords: Society. Image. Networks. Siliconization. Discourse. Democracy. Populism.

INTRODUÇÃO

Este texto aborda o discurso do presidente da República Federativa do Brasil na 76ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que impactou simbolicamente o espaço político internacional sem qualquer escrutínio ou verificação das informações assimiladas pelo público tendo sido visto por milhares de pessoas imune à mediação devido à própria natureza do evento, e, mais ainda, a divulgação do conteúdo fora amplificado pelo contemporâneo grau de avanço dos veículos de mídia televisiva e de redes sociais com sequela suplementar decorrente dessas tecnologias que são um benefício que os antecessores do Presidente, na mesma posição, não contaram. Nesse sentido, o texto analisa por meio de autores como Marshal McLuhan, Erik Sadin, Pierre Levy, Zygmunt Bauman e demais autores na busca respostas para a seguinte

problemática: as mídias eletrônicas e as novas tecnologias da informação e comunicação favorecem a construção de uma identidade espectral “mítica” de políticos neopopulistas em desfavor da democracia contemporânea? Os objetivos específicos visam compreender o processo dialético em que se cruzam fatos sociais e interesses econômicos nas plataformas digitais, na hipótese de que apenas o diálogo poderá superar as formas de agressividade e ódio discursivo nas redes sociais. Para tanto, serão apresentados e revisitados conceitos de biopolítica, necropolítica, antropotecnia, silicolonização da sociedade e imagem técnica. O método de abordagem privilegia a dialética, pesquisa qualitativa com análise de conteúdo, que visa demonstrar técnicas de análise de comunicações, demonstrando a importância da semântica para o desenvolvimento do método. Entende-se, por semântica aqui, a pesquisa do sentido de um texto. A técnica de pesquisa utilizada será essencialmente bibliográfica.

2. O ESTADO DA ARTE DA TEMÁTICA

Com a finalidade de promover a paz e a cooperação internacional a Organização das Nações Unidas foi fundada em 1945 após a derrota imposta as temidas forças hegemônicas militares do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha rendeu-se em 08 de maio daquele ano, contudo, sua força já vinha sendo enfraquecida desde a Batalha de Stalingrado em 2 de fevereiro de 1943, ocorrida na atual cidade de Volgogrado, então União Soviética. Mesmo com o fim do conflito a postura belicosa entre os países ainda se mostrava reticente diante da vitória dos Aliados. O Brasil, na qualidade de membro fundador da Organização intergovernamental, e avocando a tentativa de assumir uma posição de neutralidade instaurou os trabalhos da reunião inaugural de 1947 com o discurso do chefe da delegação brasileira e presidente da primeira sessão especial da Assembleia Geral, Osvaldo Aranha. Desde então, iniciou-se uma tradição segundo a qual cabe ao chefe de Estado brasileiro proferir o discurso de abertura desse órgão das Nações Unidas e embora essa regra comporte exceções históricas como ocorreram em 1983 e 1984 momento em que Ronald Reagan discursou primeiro que o emissário ministro das Relações Exteriores do governo João Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro, o Brasil conseguiu manter a tradição sendo o responsável pela maioria das iniciações ao longo das décadas.

Entretanto, é o poder simbólico da manifestação, da presença oficial ao conteúdo do que será dito aos demais países que dá ao momento sua real relevância. A manifestação representativa pode vir de diversas experiências semióticas que visam infirmar a posição ideológica do momento governamental de um povo.

Essa incumbência reveste-se de expressivo poder subjetivo derivado da idoneidade da representatividade exterior dos chefes de Estado. Porém, também pode ser exercida por um terceiro dignitário com ampla margem de atuação internacional que são os ministros de Estado das relações exteriores denominados plenipotenciários e que estão autorizados a proferir os discursos de suas respectivas nações.

Entretanto, é o poder simbólico da manifestação, da presença oficial ao conteúdo do que será dito aos demais países que dá ao momento sua real relevância. A manifestação representativa pode vir de diversas experiências semióticas que visam infirmar a posição ideológica do momento governamental de um povo.

Isso ficou claro em 21 de setembro de 2011 quando a presidente Dilma Vana Rousseff se tornou a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas, desde a sua fundação, fato *per se* que considerado o aspecto simbólico pode ser visto de forma reflexiva como idônea efetivação dos compromissos constitucionais de igualdade e empoderamento de gênero e que de forma implícita está transcrita dentre os princípios que devem reger o Brasil nas suas relações internacionais.

Nessa linha os compromissos internacionais são cumpridos não apenas quando a posição do detentor do cargo transmite a imagem que a instituição anseia satisfazer, mas quando o ordenamento jurídico é contemplado e no caso descrito fica patente a satisfação do art. 4º, II da Constituição Federal de 1988, bem como os compromissos fundamentais como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher compromissado em 1979 e também levado a frente pelo Movimento de Mulheres, à Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993), cujo lema foi “os direitos da mulher também são direitos humanos”.

Por estes motivos a mensagem a ser encaminhada deve se fundar em fatos facilmente verificáveis já que os Poderes do chefe de Estado são manifestação da soberania, mas não configuram um tipo de poder ilimitado, muito menos para os plenipotenciários. Em todos os atos relacionados com o comprometimento internacional, “o chefe de Estado dispõe de autoridade fluente de seu cargo, não se esperando dele que apresente uma carta de plenos poderes – até porque

é impossível atinar com quem expediria, em seu favor, semelhante credencial.”¹, desta forma, toda manifestação no presidencialismo dependerá de ratificação ulterior pelo parlamento.

Durante muito tempo os pronunciamentos dos chefes de Estado e demais plenipotenciários eram catalogados nos anais da Assembleia Geral das Nações Unidas sem que os povos dos respectivos países signatários tivessem o amplo acesso aos assuntos e posicionamentos apresentados durante a reunião, especialmente nas décadas de cinquenta e sessenta, enquanto os primeiros aparelhos de televisão eram de alto custo, sabe-se, por exemplo, que em 1951 o eixo Rio-São Paulo contava com apenas sete mil televisores nos lares brasileiros². Para que essa divulgação ocorresse seria essencial a existência de veículos de mídia de longo alcance e interesse específico das pessoas em geral pelos temas escolhidos pela própria mídia oficial. Pois bem, na contemporaneidade dois fatores mudaram radicalmente essa realidade: o primeiro é que a mídia eletrônica atual com mais interação no Mundo são as redes sociais que estabeleceram os novos espaços de autonomia por onde transita o fluxo de informação e cujas mensagens independem das decisões editoriais dos jornais televisivos, o segundo é o aumento exponencial da capacidade de armazenamento de dados que faz com que assuntos de interesses ou audiências em níveis diferentes possam estar à disposição dos cidadãos em geral, incluindo novos atores no debate público e ampliando o poder de dominância das massas pelo fator psíquico exercido pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Porém, esses novos fatores não significaram um correspondente alcance da neutralidade no processo comunicativo e a repercussão midiática do discurso do Presidente Bolsonaro nas redes é um exemplo dessa tendência na medida em que se corrobora a posição de Manuel Castells na obra “O poder da comunicação” quando ao comparar a sociedade em redes e a sociedade televisiva afirmou que a internet não foi um antídoto real contra esse sistema de comunicação tendencioso porque ela também incorpora novas estratégias aprendidas pelos operadores políticos após um equívoco inicial em

¹ REZEK, 2018

² Vide: EBIOGRAFIA. Quem inventou a televisão. Disponível em <https://www.ebiografia.com/quem_inventou_a_televisao/> Acesso em 29 de novembro de 2021.

relação ao meio, usando-o como se fosse televisão³. No contexto apresentado pelo autor é analisada a eleição presidencial de Obama em 2008 que representou, segundo o autor, um divisor de águas na tecnologia da política em virtude do uso hábil da internet construído sobre os esforços de mobilização popular para apoiar a campanha desde a base.

Segundo Castells a internet passou a ter uma importância ainda maior do que a televisão porque nesta se concentra a atenção midiática em momentos críticos como crises nacionais e internacionais, enquanto as redes sociais fornecem um contato diário entre o político e os cidadãos, ou seja, a internet possibilitou uma forma de comunicação híbrida e a mensagem ultrapassa a linha dos movimentos sociais passando a apresentar uma nova modelagem nos processos de tomada de poder, tanto no nível das instituições quanto na sociedade em geral.

Marshal McLuhan, ainda nos anos setenta lecionava que “o meio é a própria mensagem”. Seus estudos a respeito da evolução da comunicação de massa descreveu um processo que iniciou em Hélade, passando pelo apogeu material do Império Romano, a cultura escrita grego-judaico-cristã, a tipografia de Gutenberg às mídias eletrônicas e apontava para um fator crucial para o atual estágio de evolução social. Para o então professor do Centro de cultura e tecnologia da Universidade de Toronto a mídia é um meio do ser humano entender porque vive e como vive, é uma forma de encontrar o seu lugar na sociedade, as mídias eletrônicas, como a televisão, para McLuhan já se mostravam como uma extensão do nosso sistema nervoso central e alertava para sua disseminação como condutor da humanidade para a espécie de retribalização elétrica do Ocidente e ao que tudo indica o discurso e os atuais meios de propagação da informação parecem exercer controle comportamental que ainda carecem de estudos quanto ao sua amplitude e impacto para a democracia.

Os catálogos correspondentes aos resultados das reuniões das primeiras assembleias não tinham grande impacto porque não passavam de palavras, segundo as teorias do pesquisador canadense, as palavras em si não são nada sem a imprensa, mas representam menos ainda se comparadas as imagens projetadas em vídeos.

³ CASTELLS, 2021.

Explicava o autor que as projeções envolviam o indivíduo em uma nova estrutura de consciência, defendia que estas imprimiam no homem um novo sentido de desejo e seu longo alcance sempre foi determinante para o significado das palavras esmeradas do contexto e as diversas perspectivas sobre uma narrativa.

Receber informações por mídia eletrônica é como ver um replay da existência e tem grande impacto cognitivo reverberando na direção de uma extrema autoconsciência. Certa vez McLuhan interpelou uma estrela dos esportes sobre qual era seu sentimento a respeito das transmissões televisivas ao vivo ao que ele respondeu: “não se trata apenas de jogar o jogo, mas em produzir performances que agradem o público durante o replay, eles querem ver a natureza do lance”. A política e os partidos em geral, especialmente os mais populistas já absorveram o potencial dessas novas estruturas de consciência e por isso essa reflexão deve ser preliminar à análise do que é dito e porque é dito, diz-se que se o conteúdo não passa de uma performance do político ele não pode ser considerado um compromisso real, e a diferença entre compromisso e performance tem sido cada vez mais tênue⁴.

Nesse contexto, o discurso do Presidente brasileiro na 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas ocorrida em 2021 impactou simbolicamente o espaço político internacional sem qualquer escrutínio ou verificação das informações assimiladas pelo público tendo sido visto por milhares de pessoas imune à mediação devido à própria natureza do evento, e, mais ainda, a divulgação do conteúdo fora amplificada pelo contemporâneo grau de avanço dos veículos de mídia televisiva e de redes sociais com sequela suplementar decorrente dessas tecnologias que são um benefício que os primordiais

⁴ Linguagem é metáfora no sentido que não só armazena como transporta ou traduz a experiência de um modo para outro. Dinheiro é metáfora no sentido de que armazena habilidade e trabalho e também traduz uma habilidade em outra. Mas a base ou princípio de toda essa troca e tradução, ou metáfora, encontra-se em nosso poder racional de traduzir todos os sentidos um no outro. E isto fazemos em cada instante de nossa vida. Pelas extensões ou prolongamentos, dos nossos sentidos, seja a roda, o alfabeto ou o rádio, tivemos que pagar certo preço; e o preço está em que tais extensões maciças dos sentidos constituem sistemas fechados. Nossos sentidos corpóreos ou privados não são sistemas fechados, mas se traduzem infindavelmente um no outro nessa experiência que denominamos consciência. Mas, nossas extensões dos sentidos — instrumentos e tecnologias — foram, através dos séculos, sistemas fechados, incapazes de se entrelaçarem numa ação recíproca ou de produzirem um estado de consciência coletivo. Agora na idade da eletricidade, a própria instantaneidade da coexistência entre nossos instrumentos tecnológicos deu lugar a crise sem precedente na história humana. Extraído da obra Galáxia de Gutenberg. (MCLUHAN, 1973).

É incontroverso que a realidade factual dos contextos em que se dão a notícia reduzida a imagem das redes sociais tem favorecido a construção de “personas míticas” essencialmente o “neopopulismo” de lideranças políticas com prejuízo as instituições e a democracia.

antecessores do Presidente, na mesma posição, não contaram. O discurso ocorre em meio aos acalorados debates acerca das notícias falsas (fake news) que circulam à velocidade estrondosa na sociedade de redes e em um momento em que as ciências humanas e demais ramos do desenvolvimento científico se debruçam sobre o papel da internet para a democracia e como os países podem proteger suas instituições da forte influência dos algoritmos e dados digitais disponíveis em massa.

Nesse sentido, importa submeter a alocução do chefe de Estado à teoria do método científico crítico a fim de compreender os elementos que constroem a lógica do seu discurso. Mais do que isso, é relevante responder à questão: como a adesão expressa do Presidente da República brasileiro a facilitação da circulação do seu discurso pelas redes sociais sem escrutínio jornalístico sugere afinidade a construção de uma persona espectral reduzida a imagem tecnológica de suas ações políticas? Isso porque há indícios de que a antropotecnologia⁵ pode favorecer a construção da imagem “mítica” de indivíduos políticos pelas limitações realísticas comunicacionais impostas por uma sociedade edificada sob as imagens propagadas por dispositivos eletrônicos e com sujeitos altamente sugestionáveis por vídeos e fotografias descontextualizadas. É incontroverso que a realidade factual dos contextos em que se dão a notícia reduzida a imagem das redes sociais tem favorecido a construção de “personas míticas” essencialmente o “neopopulismo” de lideranças políticas com prejuízo as instituições e a democracia.

Para iniciar a análise crítica do discurso é necessário compreender que a relação da linguagem com a área temática é feita através das implicações pragmáticas do referente com outros referentes ligando a expressão à estrutura jurídica deôntica, ou seja, ao quadro orga-

⁵ “A comunidade dos espectros Antropotécnia” são técnicas pelas quais as comunidades da espécie humana e os indivíduos que as compõem agem sobre a sua própria natureza animal com o intuito de guiar, expandir, modificar, ou domesticar seu substrato biológico, visando à produção daquilo que é a filosofia, em um primeiro momento, e, logo a seguir, as ciências biológicas e humanas se acostumaram a chamar de “homem”. O processo de hominização e a própria história da espécie homo sapiens, até a atualidade coincide, então com a história das antropotecnologias (econômicas, sociais, educativas, jurídico-políticas, éticas) que tem buscado incessantemente, fabricar o humano como ex-tâsis da condição animal. No dizer de Fabián há um desejo de inconscientemente transcender tal qual o corpo de Cristo ressurreto usado como paradigma de um mundo virtual, que pisa no fogo, mas não se queima, que anda sobre as águas, que ameaça, mas não está sujeito a represálias, enfim, a antropotécnia de um corpo que está em todo lugar a todo o tempo, mas que no mundo virtual resulta em uma dessensibilização de afetos distante do nosso estrato biológico. (MENEZES e TEIXEIRA, 2021).

nizado de direitos, deveres e obrigações estabelecidos pela lei para reger a condução do gestor da coisa pública, separando sua perspectiva do que acredita ser a lógica da administração e o seu ideal puramente opinativo que é sempre ideológico, no dizer de Anna Maciel no VIII Simpósio Iberoamericano de terminologia: La terminología, entre la globalización y la localización:

“o prisma da temática jurídica torna-se abrangente, pois tudo o que configura o relacionamento do ser humano com o próximo e com o ambiente que o cerca é passível de ser regulamentado pelo poder público, tendo em vista o bem comum. Conseqüentemente, o Direito se relaciona com um microcosmos pleno de entidades do mundo real, referidas por palavras da língua comum e categorizadas em uma dimensão outra que a usual, a dimensão jurídica, na qual os aspectos temático e pragmático se sobrepõem”⁶.

Nesse contexto, o chefe de Estado inicia seu discurso tomando distância do papel jurídico linguístico da imprensa que é constitucionalmente estabelecido para descrever de forma genérica um desvio de função em uma espécie de denúncia pública como em suas primeiras expressões ao dizer: “Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou vistos em televisões(...)”⁷ esse excerto dá a tonalidade da relação de elevada tensão entre o emissor, enquanto autoridade pública e a categoria dos profissionais jornalistas tomada de forma genérica a revelar o impacto com o interlocutor que apenas recepciona a imagem eletrônica pelas redes sociais criando polarização política social automática, pois, “através do contato com textos marcados por desigualdade de poder, os sujeitos linguísticos/sociais são treinados a assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem.”⁸

Na sequência discursiva o chefe de Estado afirma: “O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo.” Atente-se para o fato de que o emissor se utiliza de assertivas universalizantes que atingem o interlocutor que é impossibilitado de opor-se ao discurso

⁶ MACIEL, 2006.

⁷ G1. Íntegra do Discurso. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/21/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml> > Acesso em 21 de outubro de 2021.

⁸ KRESS, 1989, p. 449.

em face da mimetização entre questões fundamentais para os cidadãos e “valores” apregoados pelo emissor, afinal, de forma pragmática é natural que se dê suporte ao valor constitucional “família” bem como é inquestionável que o Presidente da República deve ser leal ao seu povo. Assim, o chefe de Estado constrói uma semântica baseada em método empírico indutivo para ratificar assertivas universalizantes com experiências específicas sobre questões relacionadas a direitos fundamentais como passou a realizar acerca das temáticas dos “povos indígenas” e “meio ambiente”.

Uma análise crítica conclui até aqui que a indução pode levar a equívocos porque enquanto chefe de Estado na posição de tribuno o que importa são as posições institucionais, são as experiências de seu governo no interesse da comunidade internacional, tendo a obrigação de proferir discurso sobre fatos sociais, econômicos e políticos o que é diferente da propaganda de natureza deontológica acerca do que o emissor acredita pessoalmente.

Por outro lado, elementos de “convicção” sempre estarão presentes nos discursos em geral, nesse caso, o presidente brasileiro cruza informações governamentais com deísmo, esbarrando na cláusula referente ao Estado laico que é imposição do legislador constituinte originário. Nesse ponto o emissor manifesta um propósito indutivo que visa a construção de uma imagem que se assemelha ao psicologismo devocional, com pouca aderência ao texto constitucional, mas que conduz o receptor na construção de uma imagem idealizada da figura pública, isso com a finalidade de estabelecer o que se chama de “carisma” ou identitarismo, típico do extrato conceitual populista e em um contexto em que estão presentes como ouvintes primários os chefes de Estado signatários da Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é integrante como se percebe do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas⁹ e em segundo plano o público das redes sociais gerando a indução comportamental.

O problema da indução – Ora, está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de

⁹ A referida Carta fora compromissada por meio do Decreto nº 19.841 de 22 de outubro de 1945, ingressando, desta forma, no ordenamento jurídico interno brasileiro.

enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos. A questão de saber se as inferências indutivas se justificam e em que condições é conhecida como *problema da indução*¹⁰.

Ronald Dworkin na obra *A raposa e o porco espinho: Justiça e Valor* ao tratar de estímulo e responsabilidade diz que: “não podemos viver sem induzir ou mesmo estimular os outros a fazer previsões sobre como vamos agir e a confiar nessas previsões no ato de fazer seus próprios planos”¹¹. Esse dever é essencialmente governamental do ponto de vista moral e por isso o discurso deve ser escrutinado para evitar a intenção ficcional de criar um personagem televisivo imune a crítica jornalística que afastaria o gestor do dever de ser transparente e condutor de expectativas justas.

A presente análise, tomando o próprio discurso como critério de demarcação por falseabilidade - conforme a lógica da pesquisa científica de Karl Popper com aplicação simples e provocativa de método dedutivo de eixo crítico - confrontou partes do teor extraído do site do próprio Governo Federal brasileiro com notícias coletadas no portal de instituições como a Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal responsável por populações indígenas e povos tradicionais, bem como, o Tribunal de Contas da União, utilizando ainda revisão bibliográfica em pesquisa qualitativa acerca da testagem da hipótese proposta: e o que se verificou é que as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) por redes sociais eletrônicas dentro do contexto de crise pós-moderna de representatividade pode contribuir com a formação de figuras “míticas” neopopulistas com prejuízo à democracia.

Por isso as afirmações linguísticas foram submetidas a verificação e escrutínio de falseabilidade possibilitando conclusão, ainda que ante conhecimento “a priori”, no dizer de Kant, que o Presidente brasileiro na 76ª Reunião da Assembleia Geral da ONU por meio do seu discurso dá indicativos de ter se revestido das fragilidades oferecidas pela imagem técnica eletrônica e da forma da circulação

¹⁰ POPPER, 2013.

¹¹ DWORKIN, 2014.

de notícias atuais para fomentar sua autoimagem “mítica”, como se faz nos regimes populistas, por outro lado, suas máximas individuais em termos de experiência confirmam suas assertivas universalizantes, tais como a defesa do seu governo ao meio ambiente e aos povos indígenas que segundo seu discurso, vivem em liberdade em suas terras, e não ao propagandismo neopopulista tal qual deseja a realidade biopolítica da sociedade das redes sociais que tem causado crises e gerado disfuncionalidade institucional nas democracias.

São então apresentados adiante os conceitos de silicolonização da sociedade do ponto de vista de Erik Sadin e os riscos para uma gradativa densificação da violência discursiva por membros da “grande massa” adeptos personalistas das figuras políticas que criaram sua autoimagem “mitificada” na internet e tentam ressignificar um novo modo de agressão política midiática pós-moderna.

3. MESSIANISMO IMAGÉTICO E ESPAÇO POLÍTICO DIGITAL

Utilizar o discurso do Presidente Bolsonaro na 76ª Reunião da Assembleia Geral da ONU como objeto de análise deve servir *in casu* a dois propósitos fundamentais: o primeiro é perceber de forma crítica, como a tecnologia transporta a imagem e desenvolve programas de comportamento no mundo político contemporâneo; o segundo propósito, que decorre do primeiro, é atinar para os riscos sociais para sistemas democráticos, como o brasileiro, dos discursos neopopulistas valerem-se da fragilidade da comunicação pelas redes para esconder parte da realidade imanente aos espaços físicos onde a política acontece de fato e é escrutinada por jornalistas, opositores políticos, instituições e cidadãos votantes.

Nas suas razões inaugurais o chefe de Estado brasileiro, ciente de que sua mensagem atravessaria todo o espaço midiático global afirmou que ansiava “mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões”, o interlocutor imune ao escrutínio da informação jornalística é, muitas vezes, o consumidor da informação construída pelas chamadas Big Techs e é preciso que se diga que o usuário das redes se encontra em posição de hipossuficiência com o aumento da dependência do mundo virtual tecnológico; onde as mídias sociais tem oferecido o *locus*, em grande medida,

Na contemporaneidade as redes sociais e todos os fóruns on-line tomaram conta da maioria dos negócios entre os indivíduos, bem como da própria política.

para as relações interpessoais e para onde a imagem técnica¹² – para usar a linguagem do filósofo da comunicologia Vilém Flusser – tem transportado o indivíduo para um verdadeiro cenário. A imagem eletrônica transportou a sociedade para um mundo “palco” estabelecido sob novas estruturas, nova consciência e um novo aparato conceitual que implica grandes riscos.

No Brasil, muitas notícias que circulam nas redes sociais não podem ser verificadas nos portais de rede aberta porque as empresas que fornecem a internet de banda larga disponibilizam acesso de dados ilimitado apenas para o uso das redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram e ao clicar no conteúdo para ler a matéria completa o consumidor se encontra limitado por seu pacote de dados. Se estes se esgotaram o serviço de verificação fica limitado e a informação se resume ao que foi disponibilizado nas redes sociais, o que em si dá uma ideia de que a democratização da internet está longe de ser uma realidade para boa parte da população mais humilde.

Na contemporaneidade, as redes sociais e todos os fóruns on-line tomaram conta da maioria dos negócios entre os indivíduos, bem como da própria política. Busca-se resolver todos os problemas da vida cotidiana utilizando a tela como um portal que transporta o cidadão literalmente para uma espécie de “universo paralelo”, que não passa da própria vida espelhada na tela dos computadores e celulares, mas com grandes entraves, pois, além dos mencionados problemas de limitações dos pacotes de dados o usuário não

¹² “Da forma como as imagens são transportadas atualmente, elas devem preencher a função descrita com programas de comportamento: têm que transformar os seus receptores em objetos. É essa a intenção que está por trás desse transportar. Mas o método de transporte atual não corresponde necessariamente à técnica dos novos meios, mas apenas à intenção subjacente a eles. Os meios podem ser dispostos diferentemente (até mesmo para se tornarem mais eficazes), a saber, não como feixes que ligam o emissor a inúmeros receptores, mas como uma rede que conecta os indivíduos uns com os outros, graças aos cabos reversíveis. Portanto, não como a televisão, mas como a rede telefônica. E isso significa que as imagens não têm de ser transmitidas de maneira necessariamente técnica, mas podem ser tanto enviadas quanto recebidas tecnicamente. A condição atual das imagens deve ser considerada, portanto, apenas uma entre outras possibilidades técnicas. transporte de imagens, sobretudo no campo das imagens computadorizadas. Aí podemos observar como elas são transmitidas por um emissor a um receptor para serem processadas por esse receptor e retransmitidas de volta. Esses primeiros passos mostram como é tecnicamente possível encontrar um caminho para superar a situação atual da emissão das imagens. Esses primeiros passos mostram que é possível neutralizar de modo técnico o “poder” político, econômico e social. Se essa mudança fosse alcançada (e em parte ela já está em curso), então o conceito “imagem” ganharia um quarto e novo significado. Entraria em jogo assim uma superfície incorporada, sobre a qual, graças ao trabalho de muitos participantes, poderiam ser projetados significados” O mundo codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação de autoria de Vilém Flusser.

desfruta do contexto do que ocorre presencialmente, isso porque as imagens estão limitadas a mostrar apenas uma parcela da realidade, a outra fica oculta nas perspectivas não evidenciadas pela câmara.

Existe a opinião simbólica emanada pelo Presidente da República a respeito de povos indígenas e tradicionais na Assembléia Geral, com forte apelo nas redes sociais e existe a opinião da Sexta Câmara de Cooperação e Revisão do Ministério Público Federal brasileiro sobre esse mesmo aspecto relacionado as políticas públicas do Governo Federal, porém esta jamais alcançará o nível de circulação da primeira, embora presidencia e Ministério Pública sejam duas instituições de Estado. Verifica-se que se apenas uma delas obtem sucesso em emitir uma opinião sobre um tema constitucional relevante, não apenas uma hipótese de informação verossímil chegará de forma desigual, como essa desigualdade propagandística causa assimetrias para a opinião pública com adesão popular majoritária, ou seja, parte da realidade restou “escondida” do grande público, nesse sentido Flusser escreveu: “O que vocês veem no monitor não é o seu próprio olhar, mas o olhar da câmara, do operador de câmara. É um espelho que espelha sobre nós a visão do outro.”¹³.

As limitações impostas pela comunicação via tela de celular pode guardar inúmeras vulnerabilidades para o usuário, como as apresentadas, e todas acontecendo no campo de atuação da razão prática voltada para a instrumentalização mercadológica que, no entanto, cria uma ilusão de autonomia para o indivíduo que pensa estar no controle da situação¹⁴. Isso posto, é bom que se diga que não se trata apenas de “checar” se as informações no discurso acerca das políticas públicas do atual governo brasileiro sobre indígenas e povos tradicionais são verdadeiras ou falsas, ou se estão de acordo com a Constituição que ele alega defender, mas, discorrer acerca do uso e da vulnerabilidade dos sistemas para falsear o debate público e construir imagens míticas do político populista.

¹³ FLUSSER, 2014.

¹⁴ Nessa linha aponta-se o capítulo – Adorno, pós estruturalismo e a crítica da identidade – presente no livro *Ideologia e Direito* organizado pelo filósofo esloveno Slavoj Zizec: “Entre as mais destacadas dessas preocupações comuns figuram: a autonomia ilusória do sujeito burguês, já denunciadas nos textos de Freud e Nietzsche; o funcionamento opressor da razão científica tecnológica, inclusive em sua aplicação ao campo social; o potencial radicalizador da experiência estética modernista; e – pelo menos no caso de Adorno – a maneira como as verdades mais profundas, e amiúdes não reconhecidas, dos artefatos culturais revelam-se pelos seus aspectos aparentemente mais marginais e fortuitos.”.

Pierre Lévy no livro *Cibercultura* ao dissertar a respeito da técnica faz uma distinção entre cultura tecnológica centralizada e controlada por especialistas, como energia nuclear, e a eletrônica, muito mais versátil e dotada de distribuição mais ampla de poder e faz uma ressalva importante ao não culpar apenas a tecnologia por esses problemas políticos: “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos estratégias de poder toda a gama dos jogos dos homens em sociedade. Portanto, qualquer atribuição de um sentido único a técnica só pode ser dúbia.”¹⁵.

Nesse contexto, a tecnologia das redes sociais pode ser utilizada difusa e subjetivamente para construir personalidades imagéticas, mas isso não depende apenas da técnica, muitos outros fatores sociais confluem para a formação mítico-virtual do indivíduo, como no caso do Chefe de estado brasileiro; esses fatores induzem a antropotecnia da “nova criatura”, que passa ser anfíbia, parte o que ela é de fato: uma pessoa comum ocupando um cargo de agente de Poder e parte um espectro divinizado em formato virtual que circula pelas redes sociais e demais fóruns de debate invariavelmente imune ao escrutínio de instâncias relevantes para uma sociedade democrática, como o jornalismo, e comunicando-se diretamente por “chavões e frases de efeito” sem respaldo na vida concreta e dessa forma meros atos administrativos tornam-se propaganda política eletrônica ilimitada.

Na política brasileira atual isso ficou claro desde o período das eleições presidenciais do ano de 2018. Daquele momento para cá alguns acontecimentos históricos atrelados a facticidades sociobiológicas servem para a construção dessa subjetividade antropológica cultural em relação à personalidade espectral metapolítica e imagética do Presidente da República.

Um dos primeiros fatos sociais verificados foi o ocorrido em 06 de setembro de 2018 durante as eleições nacionais. Nesse período se noticiou por meio da mídia tradicional, bem como na rede global o atentado com facada e em público à vida do então candidato a presidência da república arrodado de pessoas que o chamavam de “mito”.¹⁶ O fato do candidato ter sobrevivido ao ocorrido

¹⁵ LEVY, 1999.

¹⁶ VEJA. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/politica/facada-bolsonaro-um-ano/> > Acesso em 23 de outubro de 2021.

desencadeou no imaginário popular de parte dos seus eleitores o início da mitificação de sua figura pública, portanto, a transcendentalização de sua imagem política pessoal e a eventual “mutação” simbólica e virtual para sua nova imagem pretensamente sacralizada e espectral e parte da opinião pública crê que esse fato jurídico-social desequilibrou o processo eleitoral em favor do atual mandatário do Palácio do Planalto¹⁷.

O candidato passa então por uma mudança espectral que tangencia as características típicas da cristianização da política no simbolismo do seu público alvo. O agora chefe de Estado, no imaginário do eleitor, passa de pessoa ordinária para o homem que atravessou uma espécie de “sacrifício de sangue”. Esse fato converte-o em “herói” ou alguém que se doou por uma causa maior do que ele próprio e que serviu e serve a criação minuciosa de sua imagem transcendental por meio de um cerimonial tal qual exercido pela teologia política cristã.

Nessa linha, em termos de discurso para parte dos apoiadores do Presidente brasileiro pouco importa se suas afirmações acerca da “liberdade dos povos indígenas” enquanto fenômeno objetivo são verdadeiras ou se opõe a dados apresentados por outras instituições porque sua imagem espectral torna-se como a de um “messias” do “Brasil que mudou” depois que assumiu o Poder em 2019, portanto, na ótica da metapropaganda sua palavra basta, não há que jornalistas questioná-las e quando o fazem são acusados de pertencer a uma espécie de mundo paralelo, de um Brasil diferente do que os brasileiros vivem. Esse fenômeno da divinização na biopolítica não é novo, já fora catalogado na história em momentos outros em que o corpo anatematizado do Cristo ganha fluidez de eternidade no Império Romano, aqui ocorre algo semelhante e indica todas as características da formação humana da espectralidade do Corpo Ressurreto de Cristo, no dizer de Fabián Ludueña Romandini “A comunidade dos espectros e Antropotecnia”:

Apesar da aparição fantasmagórica do Messias que legitima a missão apostólica de Tadeu, no relato de Euséio ainda não existe a presença do *achiropiitos*. Este aparecerá posteriormente na História Eclesiástica de Evrágio, ainda que seja necessário considerar também o texto siríaco

¹⁷ ESTADÃO: Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,atentado-contra-bolsonaro-influenciou-em-pesquisa-diz-analista,70002497996> > Acesso em 29 de novembro de 2021.

conhecido como a Doutrina Addai, publicado pela primeira vez em 1848 por W. Cureton. O certo é que Evrágio narra, no século VI d.C., que Hannan, o mensageiro de Abgar, encontra o Messias para transmitir-lhe o pedido do toparca, mas Jesus, ocupado com os afazeres de sua missão, introduz na água um pedaço de pano, passa-o em seu rosto e o oferece a Hannan para que sirva de cura a Abgar. Trata-se nada menos que do nascimento da lenda do mandylion, da primeira imagem aquiopita produzida pelo próprio Messias, e que se transformaria no protótipo de toda imagem posterior de seu divino rosto. Imagem sacrossanta, evidentemente, dado que foi produzida pelo contato direto com o rosto messiânico de Jesus, o qual produziu – argumentar-se-á – uma espécie de impressão de sua glória e de seu poder divinos sobre o pano, e, como tal, será a matriz de toda imagem cultural posterior. Como se pode perceber, neste relato se encontra a origem de todo cerimonial da teologia política cristã. De fato, só se pode sustentar a eficácia das imagens culturais se estas, por assim dizer, são algo como as cópias – paciente e minuciosamente construídas – desta imagem por contato original. Todo o poder das imagens posteriores que povoarão a história do cristianismo até convertê-lo em uma liturgia política das imagens tem aqui sua nascente primordial, que é, ao mesmo tempo, uma das fontes materiais que realizam, como veremos, a passagem da soberania cósmica de Cristo à soberania humana assegurando um duradouro intercâmbio entre a esfera espiritual e a temporal¹⁸.

Outros fatores sociais sinalizam para a adoção de uma autoconstrução suplementar da cultura da “mitificação” do indivíduo. Além desse inegável fato político histórico, para parte fanatizada do seu eleitorado o próprio nome: “Jair Messias Bolsonaro”, faz povoar o imaginário popular acerca da possibilidade de o político ser uma espécie de “messias” enviado pelo Deus todo poderoso para “salvar” o sistema do mal e apresentá-lo como o moralizador da política nacional em sua missão apostolar, como a de Tadeu ou a de Paulo de Tarso.

A construção da sacralidade de sua imagem começa desde a campanha eleitoral nas ocasiões em que se valeu de um versículo bíblico como lema e propaganda segundo a qual não apenas ele tinha razão em fazer uso desse slogan bíblico, como fazia dele o possuidor da mensagem da “verdade” e foi assim que inúmeras vezes fez uso do

¹⁸ ROMANDINI, 2013.

versículo Bíblico presente em João 8:32 do evangelho apostolar: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Ou seja, o político, um homem arrogando-se a função de detentor e emissário da “verdade” em slogan de Marketing governamental, portanto, por lógica de contraprova o cidadão que se opõe a ele através dessa imagem volta-se contra a própria verdade revelada, ou ao menos aquele que é “amigo” da verdade, que age com autenticidade única.

Também é conhecido o fato do Presidente brasileiro, desde a campanha eleitoral, ser apelidado de “Mito” alguns jornalistas vinham denunciando os riscos desse mimetismo desde 2018. Essa vinculação também encontra suporte na chamada imagem espectral criada por recursos culturais nascidos nas redes sociais. A expressão “mito” deriva de uma expressão denominada usualmente de “meme”, quando alguém fala ou faz algo surpreendente, diz que “mitou”. A jornalista do El País Eliane Brum faz a seguinte crítica relacionando-a aos fenômenos que nascem nas redes sociais e a arregimentação do que ela chamou de “crentes políticos”, uma outra alusão a religiosidade, e sintetiza¹⁹:

Não olho para o “mito” dos crentes políticos que seguem Bolsonaro, este que vem da popularização do termo nas redes sociais, pela palavra “mitou”, quando alguém faz ou diz algo considerado incrível. Ou “divou”. Também não olho pela lente do mito pop, como seria Marilyn Monroe ou Elvis Presley, por exemplo, parte da mitologia que alicerça o *soft power* dos Estados Unidos pela produção de Hollywood. Olho para o mito como a narrativa/imagem/enredo que explicam uma sociedade, povo, país. Bolsonaro é criatura-mito²⁰.

Há indicação de que outros recursos semióticos foram utilizados para a criação de uma imagem espectral messiânica do chefe de Estado na política nacional e isso se deu pela adesão voluntária e propagandística de símbolos oficiais da República Federativa do Brasil para cores de campanha e mobilizações populares de rua, o hino e a própria bandeira.

Tais símbolos não podem estar vinculados a governos de turno em função do fato desses símbolos pertencerem ao Estado Brasileiro

¹⁹ EL PAÍS, Bolsonaro é mito sim, Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-07-07/bolsonaro-e-mito-sim.html> > Acesso em 28 de outubro de 2021.

²⁰ BRUM, 2021.

O comportamento indutivo de comover pela ficção, pelo discurso carismático e pelo identitarismo nacionalista tem elevado o nível da comunicação no cenário político brasileiro para um grau de disfuncionalidade controlado pela frustração e violência.

pela leitura que se faz do artigo 13, §1º da Constituição Federal de 1988 que trouxe o seguinte comando: “São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais”. O comportamento indutivo de comover pela ficção, pelo discurso carismático e pelo identitarismo nacionalista tem elevado o nível da comunicação no cenário político brasileiro para um grau de disfuncionalidade controlado pela frustração e violência.

É possível verificar a veracidade desta assertiva observando o que ocorreu no dia 07 de setembro de 2021 quando adesistas do governo escolheram o dia onde se comemora a independência do país para realizar um movimento de rua impulsionado pela insatisfação do Presidente com o exercício da função típica de outros poderes da república em confronto com algumas de suas medidas, como o Supremo Tribunal Federal, a certa altura chegou a dizer que não respeitaria mais a decisão de determinado juiz da Suprema Corte brasileira.

No “*day after*” seguiu para a mídia com o objetivo de retratar-se por não ser viável politicamente seu intento discursivo, levando a novas frustrações perante a massa convocada e um mal-estar institucional²¹, como se noticiou na mídia tradicional de todo o país que reconhece o poder de mobilização pelas mídias eletrônicas do atual chefe de Estado. Mas o discurso pelas mídias eletrônicas tem gerado ao longo dos anos enorme insatisfação.

O Instituto Paraná pesquisa, ainda no primeiro ano de governo realizou sondagem ouvindo por telefone 2.080 pessoas, a partir de dezesseis anos, em 170 municípios do Brasil, nos 26 Estados da Federação, as entrevistas foram realizadas nos dias 11 e 14 de setembro e a margem de erro é de apenas 2%, pois bem, para 69,5% a forma como Bolsonaro mede as palavras ao tornar públicas as suas opiniões não têm ajudado o Governo, ao contrário, tem atrapalhado. Outros 23,8% já pensam que o presidente está correto e deve continuar portando-se do mesmo jeito e 6.7% não souberam opinar ou não opinaram.

Outra pesquisa escrutinou se o público pensa que as declarações de Jair Bolsonaro são proferidas de forma proposital, 58,4% já

²¹ G1. 7 de setembro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/08/7-de-setembro-bolsonaro-faz-brasil-parecer-republica-das-bananas-diz-analista-dos-eua.ghtml> Acesso em 28 de novembro de 2021.

acreditam que sim. O presidente se posiciona de maneira consciente e ciente daquilo que está dizendo. Outros 35,3% acreditam que não: Bolsonaro não age de forma proposital em suas declarações. 6,3% não souberam opinar ou não quiseram²².

Conclui-se pelas estatísticas oficiais que uma relevante parte da população acredita que o chefe de Estado age conscientemente ao se comunicar, outra parte pensa que ele prejudica o próprio governo. Os indicativos apontam para um ambiente de descrença e frustração.

Outro instituto de pesquisa, Datafolha: ao realizar pesquisa publicada em dois de janeiro de 2020, logo no ano seguinte a pesquisa anterior, mostrou que nos últimos 12 meses, metade (51%) dos brasileiros que usam redes sociais deixou de comentar ou compartilhar alguma coisa sobre política em grupo de Whatsapp para evitar discussões com amigos ou familiares, também para evitar discussões políticas com amigos ou familiares, 27% deixaram algum grupo de Whatsapp nos últimos 12 meses²³. Os números, principalmente em um ano que viria a desenrolar-se completamente dentro de uma pandemia Global não sinalizava para o arrefecimento do clima de brutalidade e sentimento de ódio, alguns cientistas ainda relacionariam tal fato com o que se convencionou chamar de necropolítica no contexto da crise sanitária e o alto índice de morte ocorrida no Brasil sob a gestão do Presidente Bolsonaro.

4. COLONIALIDADE DISCURSIVA, NEOPOPULISMO E A SILICOLONIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Voltando a Marshall McLuhan, o pesquisador Canadense dizia ainda nos anos setenta que era possível manipular massas inteiras com violência midiática porque o telespectador enquanto ser humano cujos instintos tendem a agressividade costuma transportá-la para a nova plataforma com todas as consequências e fascínios que esse meio proporciona. Como o faz em muitos outros meios, tais como nos es-

²² PARANÁ PESQUISAS. Diário de Goiás. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/noticias/diario-de-goias-divulga-pesquisa-nacional-realizada-pela-parana-pesquisas-sobre-a-forma-de-comunicacao-do-presidente-jair-bolsonaro/> acesso em 29 de novembro de 2021.

²³ DATAFOLHA. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/01/1988571-por-politica-27-deixaram-grupos-de-whatsapp-nos-ultimos-12-meses.shtml> Acesso em 29 de novembro de 2021.

portes, o futebol americano e o críquete, por exemplo, são formas organizadas e reguladas do homem “extravasar” seus instintos.

A mídia tende reprimir o que acontece por atração natural, a violência é uma forma de autoexpressão, a indivíduo busca entender como ela é pelo confronto, brigas, conflitos e desajustes, na busca por conhecer seus limites e saber quanta personalidade se tem em sua atuação, ou seja, não passa de uma busca pela identidade que é sempre uma busca violenta, como vemos Don Quixote, Flash Gordon, Superman, o homem está substituindo as formas de violência.

Ocorre que no processo de educação para o uso da mídia eletrônica a um trânsito do inconsciente para o consciente, os aspectos escondidos da mídia devem ser pensados para que não exerçam poder absoluto sobre o usuário. O impacto poderá neutralizar alguns efeitos negativos e alimentar outros positivos, embora se saiba que não atingimos esse nível de consciência. McLuhan citando Tony Shwartz “The Responsive Chord” quer dizer que o processo não é simples porque a imagem é constituída por milhões de partículas ressonantes. Não há fotografias na tv, não há um instantâneo, não há obturador, não há câmera, há uma efusão desses pequenos bits de informação em padrões, que são inteiramente ativos e dinâmicos. Eles ressoam, então, diz-se que a televisão não é primariamente não visual, mas uma forma ressonante de experiência, em entrevista da época da exemplos de impacto na política:

Um dos efeitos peculiares da mídia na política é que partidos e políticas se tornaram desimportantes e a imagem de um político ganhou uma tremenda nova importância, isso na tv, pelo menos. Política no rádio é completamente diferente, política no rádio é uma mensagem completamente diferente. Política na tv não permite muito interesse nas políticas ou partidos, mas o componente individual, o candidato, deve ter carisma. Carisma significa se parecer com um monte de outras pessoas. Essa é a minha análise técnica do problema deles. Richard Nixon parecia apenas com Richard Nixon. Ele estava enalhado. Carisma é se parecer com muitas pessoas aceitáveis, interessantes. Jimmy Carter parece com qualquer garoto sulista americano, Huck Finn [personagem de Mark Twain na Casa Branca] Ele é um grande arquétipo “Jack” (John) Kennedy parece com todo garoto americano, bem-sucedido, impetuoso e assertivo. Carter é o garoto sulista amistoso, brincalhão, estilo Huck Finn.

Com Carter, foi a 1ª vez que um garoto do sul profundo entrou na Casa Branca, então, a Guerra Civil terminou. Questionado sobre se teria visto um programa de televisão de Richard Nixon com David Frost, ele responde: vi, “Nixon merecia um Oscar. É primeira vez na história que um grande ator interpreta a si mesmo”.²⁴

Por isso se vê com certo interesse e preocupação o fato de as mídias eletrônicas estarem influenciando tão intensamente a relação de figuras políticas com o cidadão que é atingido por esse meio de comunicação, em especial as mídias eletrônicas tão mais avançadas do que em 1973 quando foi lançada a obra “Galáxia de Gutenberg”.

Eric Sadin em seu livro *La Silicolonización Del Mundo (La irresistible expansion del liberalismo digital)* nos fala acerca dos oligopólios das mídias sociais e como eles configuram um tipo de colonização exercido pela nova cultura capitalista a qual ele batizou de “El espíritu de Silicon Valley” exercido pelas empresas oligopolistas do Valle do Silício em San Francisco, a forma como um lugar historicamente ligado a defesa das liberdades, da diversidade e dos direitos fundamentais, tem se tornado o seio de uma nova cultura de controle social e essa pode ser a origem da densificação e expansão de alguns dos problemas aqui relatados. Para Sadin, o Vale do Silício não é apenas um território onde se estabelecem quase todas as empresas de comunicação pela internet atualmente, mas, se trata do fogo ardente do liberalismo digital, o núcleo do espírito que encarna uma verdade econômica empresarial de nossa época e que pretende transportar os seus valores de forma colonial para todo os interiores por onde se encontra em uso e hoje, em boa parte do mundo que se tornaram “Valleys” por onde também transitam uma obscura nova relação entre o que é público e privado, a nova “Doxa” por onde correm as informações tomadas de interesses industriais e de infraestrutura, novas arquiteturas digitais que pretendem abrigar esses interesses que se mostram unicamente financeiros e que não respeitam etapas de desenvolvimentos culturais tão diversos em todo mundo, em certo ponto o autor pontua:

De agora em diante me considero em parte como um “autor que lanza alertas”, no por divulgar hechos reprobables que permanecen enmascarados y que convocarían, por su gravedad, la necesidad de ser

²⁴ MCLUHAN. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fvRMpS-aGLE> > Acesso em 03 de dezembro de 2021.

Há, portanto, não apenas a tentativa de perpetuar antigos discursos colonialistas, mas de incorporar um novo colonialismo derivado da cultura predatória do Vale do Silício em um processo de “silicolonização da sociedade”.

revelados, sino por esforzarme em identificar y reunir los múltiples signos dispersos y convergentes que dan testimonio de un retroceso imperceptible de ciertas adquisiciones democráticas tanto como de las ofensas infligidas a la dignidad humana. O incluso como un “escritor político”, según la bella expresión de George Orwell, pero adjuntándole un epíteto al que soy afecto: el de “formalista”. O sea, es una preocupación por la precisión, la claridad y la elegancia de la lengua que se opone a la retórica vulgar difundida por el mundo industrial-digital y sus esbirros, hecha de expresiones burdas y de eslogans, forma de neolengua siliconiana que se habla en todas partes; un modo de “hablar contra las palabras”, como escribía Francis Ponge “poeta de las “cosas mismas” y de la plena presencia de los fenómenos, que el verbo puede restituir a fin de entregarse a otro. Lo que hay que saber trazar hoy es una partición clara: por un lado entre aquellos que participan, de una manera u otra, deliberadamente o no, en la generalización y la banalización de un modo de ser eminentemente restrictivo y que se supone que encarna el porvenir. Y por el otro lado, los que creen que permanecen a la escucha de las huellas memorables legadas por el pasado, incluso al punto de inspirar la invención de la cotidiano que celebra la complejidad irreductible e indefinida del mundo de los seres. Son ellos los que se sitúan en el presente y el porvenir, y no aquellos que sueñan con un “porvenir regresivo” destinado in fine, a satisfacer solamente sus propios intereses estrechos e limitados. La posición culpable sería no mencionar la desolación e no obrar positivamente en la instrumentos de comprensión en la fabricación de instrumentos de comprensión y de acción que llevaram consigo semillas de esperanza. Este libro busca trazar las líneas de partición y suministrar armas para desplazarlas.²⁵

É por isso que se diz que as mídias eletrônicas têm moldado a consciência de várias gerações desde a década de 70 e têm sido utilizadas para arregimentar massas e vender acessos em troca de dividendos financeiros em parte, e esse é o aspecto negativo, às custas de sofrimento do povo, da democracia e do crescimento neopopulista em todo o mundo. Há, portanto, não apenas a tentativa de perpetuar antigos discursos colonialistas, mas de incorporar um novo colonialismo derivado da cultura predatória do Vale do Silício em um processo de “silicolonização da sociedade”.

²⁵ SADIN, 2018.

5. VERIFICAÇÃO DO DISCURSO E PROPAGANDA GOVERNAMENTAL

O contexto em que se dá o discurso presidencial na Assembleia geral das Nações Unidas à luz do impacto que as novas tecnologias da informação e de comunicação representam na sua propagação, bem como, no aproveitamento para a construção da figura “mítica” do signatário orador pode ser visto, como observou-se até aqui, em duas camadas: na primeira, no nível dos interesses mercadológicos dos próprios grupos financeiros de mídia eletrônica responsáveis pela transmissão em nível global, pois, se é certo que “o meio é a própria mensagem” no dizer de Marshall McLuhan há interesses nos discursos divulgados para um tipo de diversionismo alienante de massa, ou como apregoou Erik Sadin para alimentar uma cultura vulgar e “mesmificada” que é o Espírito do Valle do Silício e quanto mais “irracional”, mais audiência e dividendos traz para essa indústria do “entretenimento” cibernético, como dizia John B. Thompson:

Horkheimer e Adorno argumentaram que o surgimento das indústrias de entretenimento como empresas capitalistas resultaram na padronização e na racionalização das formas culturais, e esse processo, por sua vez, atrofiou a capacidade do indivíduo de pensar e agir de uma maneira crítica e autônoma. Os bens culturais produzidos por estas indústrias são planejados e manufaturados de acordo com os objetivos da acumulação capitalista e da busca de lucro; eles não surgem espontaneamente das próprias massas, são planejados para consumo das massas. «A indústria cultural integra, intencionalmente, seus consumidores a partir de cima as massas não são o objetivo primeiro, mas secundário, elas são um objeto de cálculo; um apêndice dessa maquinaria os bens produzidos pela indústria cultural não são determinados por suas características intrínsecas como uma forma artística, mas pela lógica corporativa da produção de mercadorias e pela troca. Por isso os bens são padronizados e estereotipados, menos permutas de gêneros básicos ou tipos - o “Western”, o mistério, o sabonete. Eles demonstram um ar de individualidade, mostrando, por exemplo, grandes personalidades e estrelas, mas este gesto em nada contribui para diminuir o fato de que os próprios bens são objetos padronizados, produzidos com a finalidade de dar lucro e vazios de conteúdo artístico²⁶.

²⁶ THOMPSON, 2011.

Em uma segunda camada, há o próprio emissor com sua mensagem apostolar de um “novo Brasil” pós Presidente Bolsonaro utilizando a tribuna da Assembleia Geral da ONU como propaganda governamental, isso porque como se vê a toda evidência o discurso presidencial tratou majoritariamente do aspecto econômico do seu governo, o qual parece sustentar o que sua base política considera o centro das preocupações, ou o eixo etnocêntrico onde deve girar os demais aspectos, muito embora, tenha sinalizado para outros valores culturais que são objeto de análise crítica. Tratou-se da crença pessoal do presidente em Deus, do que ele considera a “família tradicional”, do lucro das estatais, dos programas de parceria público privada, dos investimentos aos bilhões, da internet 5G, comparou as dimensões preservadas da Amazônia à Europa continental e apesar de se dirigir diretamente ao povo que professa a religião cristã ao citar os problemas ocorridos no Afeganistão quando da evacuação das tropas norte americanas em 2021, demonstrando seu adesismo particular colonial, professou que pugna pela “liberdade de culto”.

Em outro excerto, o Chefe de Estado se distancia das preocupações globais relativas a crise sanitária e declara despontando para o mercado financeiros: “Temos tudo o que investidor procura: um grande mercado consumidor, excelentes ativos, tradição de respeito a contratos e confiança no nosso governo.”²⁷, e apresenta outros sinais de discurso colonial ao afirmar o seguinte: “14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas. Nessas regiões, 600.000 índios vivem em liberdade e cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades.”. Ou seja, para o Chefe de Estado “liberdade” sob seu exclusivo ângulo de visão sobre o que pensam índios, quilombolas e comunidades tradicionais está vinculada a sua visão particular ligada a exploração econômica da região e embora se apregoe o respeito pela Constituição Federal por vezes se exclui do debate a opinião da Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que em seu próprio portal na internet noticiou que em 02 de dezembro do presente ano:

²⁷ GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>> Acesso em 04 de dezembro de 2021.

“O procurador-geral da República, Augusto Aras, recebeu nesta quinta-feira oito prefeitos de municípios do Rio Grande do Sul, além de lideranças das terras indígenas Nonoai e Serrinha e assessores jurídicos de cooperativas de produtores. Acompanhado do senador Luiz Carlos Heinze (PP/RS), o grupo tratou da situação atual de um termo de ajustamento de conduta envolvendo as duas comunidades. Firmado há cinco anos, o acordo permite o plantio nos territórios por meio de parcerias com agricultores (projetos de transição). O pedido é para que o Ministério Público Federal (MPF) concorde com a renovação do acordo que, segundo os participantes, venceu em 2021.”²⁸

Isso quer dizer que a “liberdade” que se propaga e as motivações quanto ao plantio em terras indígenas não seja um interesse exclusivos das comunidades tradicionais em utilizar suas terras para além da agricultura dita familiar com total autonomia, mas, para mesclar interesses de grupos que não foram mencionados como viventes no interior dos ditos 110 milhões de Hectares tratados como de ocupação dos indígenas. Em última instância se for escolhido esse pequeno excerto sobre o entendimento do Chefe de Estado acerca de Terras indígenas e sua utilização para plantio o que se tem é, no mínimo, um desconhecimento a respeito do que tem ocorrido na Região. Mas esse discurso, como dito, é professado e escolhido de forma direcionada ao diversionismo e adesismo identitário neopopulista descompromissado com a democracia contemporânea. Zygmunt Bauman diria em seu livro Babel:

É também um período em que a irracionalidade da decadência germina sem restrição, numa rebelião mais motivada por angustias que por liberdade verdadeira; um período em que surgem figuras xamânicas que reduzem o mecanismo político ao seu carisma, fazem apelo aos nossos instintos, emocionalmente, e engendram medos para transformá-los em grandes trivialidades, como se fosse possível haver solução simples para problemas complexos. Eu chamo esse efeito de neopopulismo, e acredito que ele encarna o espírito de nossos tempos, que é a representação perfeita de uma forma democrática progressivamente esvaziada e por isso aberta a todas as distorções do seu conteúdo, de modo a poder ser explorado, alternativamente, para fazer convergir

²⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/parceria-que-permite-plantio-em-terras-indigenas-de-duas-aldeias-do-rs-e-tema-de-audiencia-na-pgr> > Acesso em 04 de dezembro de 2021.

A análise crítica do referido discurso e a linguagem com que é construído revela o caráter de dominância dentro do jogo de poder que vai do simbolismo do status da própria reunião até o conteúdo propagandístico, e só pela prática dessa meta análise é que se expõe a intenção do emissor “a linguagem é uma prática que constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais”.

toda a raiva contra o sistema, incitando-os em prol dos ganhos e da disputa de poder dos outros. O populismo do século XXI parece oferecer refúgio ao mínimo de energia política que restou às democracias exaustas, uma última reserva de força e a ilusão daquela justiça (que, na verdade, é antes uma justiça sumária, no estilo de um confronto final) de que as instituições tem medo de ter perdido o controle. (...) Com efeito, os líderes de hoje sempre se apresentam como diletantes talentosos contra os políticos profissionais, ou pelo menos como outsiders, prontos para conquistar em vez de governar, a dominar ao invés de representar as instituições que ele mesmo menospreza, enquanto os novos políticos à sua volta ostentam a sua própria ignorância como prova de sua autenticidade e do fato de que eles nada tem a ver com o sistema, como uma espécie de certificado de inocência²⁹.

A análise crítica do referido discurso e a linguagem com que é construído revela o caráter de dominância dentro do jogo de poder que vai do simbolismo do status da própria reunião até o conteúdo propagandístico, e só pela prática dessa meta análise é que se expõe a intenção do emissor “a linguagem é uma prática que constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais”. Para o filósofo, analisar discursos corresponde a especificar socio historicamente as formações discursivas interdependentes, os sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições³⁰. O arregimentar das massas e sua agitação então se dá na confluência desses diversos fatores interesses de grupos de mídias eletrônicas no alto grau de troca e armazenamento de dados que tais discussões oferecem aliados a interesses de relações de poder com discursos superficiais e pouco eficazes que vão construindo figuras populistas e pouco compromissadas com o regime democrático, Ortega y Gasset já alertava para os perigos desses movimentos em a Rebelião das Massas escreve:

Há um fato que, para o bem ou para o mal é o mais importante da vida pública europeia no momento presente. Esse é o advento das massas ao pleno poderio social. Como as massas, por definição, não devem, nem podem dirigir sua própria existência, muito menos reger a sociedade, a Europa, agora padece da crise mais grave a que povos, nações ou culturas podem ser submetidos. Essa crise se deu mais de uma vez na

²⁹ BAUMAN, 2016.

³⁰ RESENDE E RAMALHO, 2006.

história. Sua fisionomia e suas consequências são conhecidas. Também seu nome é conhecido. Trata-se da rebelião das massas.³¹

Disso decorre um dos maiores riscos para a democracia contemporânea, uma desenfreada arregimentação das massas com suas vidas baseadas em estruturas de consciência direcionadas por grandes corporações detentoras das mídias eletrônicas cujos fundamentos originais se baseiam tão somente nos ganhos financeiros, pois são capitalistas por definição, e em que pese sua função social o que lhes move é a audiência, os interesses das grandes corporações vinculadas as novas tecnologias de informação e comunicação é que o povo as utilize durante todo o dia e o resultado são cidadãos com a consciência obliterada, no dizer de Horkheimer e Adorno, totalmente alienadas, e é nesse contexto que partidos políticos e figuras públicas buscam reificar suas imagens populistas dando um tom de messianismo em todo o debate público.

CONCLUSÃO

Marshall McLuhan alertava já nos anos setenta que as mídias eletrônicas induziriam uma espécie de retribalização do ocidente, tratou as tecnologias de informação e comunicação de seu tempo como superestruturas que arquitetavam novas formas de consciência, dizia o pesquisador canadense: “o meio é a própria mensagem”. Nesse contexto o mundo viu surgir as grandes corporações de comunicação de massa do Valle do Silício, evoluindo e modificando a forma como o ser humano lida com a realidade a sua volta, seus significados, o *alter* e o *ego*. Sua expansão transformou uma cultura tradicional de respeito a liberdade e diversidade do território de San Francisco nos Estados Unidos em política midiática de colonização e controle social, ao que Erik Sadin chamou de o “O espírito do Valle do Silício” e o status de dominação em “Silicolonização da sociedade”, como uma forma de fazer referência as empresas como Google, Facebook, Apple, Twitter dentre outras que estão presentes na região do Silício na cidade de Mountain View e a forma predatória de buscar transportar e expandir o jeito de pensar das grandes corporações. Mac Luhan dizia ainda que esses meios de mídia eletrônica se

³¹ GASSET, 2016.

tornariam uma extensão do sistema nervoso central dos indivíduos, o que Fabián Lueña Romandini denominou “antropotecnia” e essa realidade biopolítica tem agravado o processo democrático regular nos países pelo suporte que as redes sociais têm dado na construção de uma personalidade espectral dos políticos populistas. A “domesticação da violência e da agressividade do discurso como forma de ampliar a audiência das mídias eletrônicas reduzem o diálogo e aumentam as tensões no interior de uma sociedade pós-moderna fragmentada. Como forma de verificar tal fato realizou-se uma análise crítica do discurso do Presidente da República do Brasil na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, sua forma de linguagem, o comportamento refratário com a classe jornalística e a intencionalidade sempre presente de expandir sua retórica por meio das redes sociais, infirmando uma oratória colonial, e, portanto, pouco aderente a realidade da população, em especial dos povos indígenas e tradicionais, muito embora, auferindo por meio dessa audiência um engajamento nesse espaço. Por fim, reforçando uma imagem apostolar relacionada a uma autoimagem “mítica”, ou espectral da sua personalidade e por esse motivo em potencial prejuízo do debate público e por que não dizer? Parafraseando Erik Sadin, fortalecendo uma espécie de “Silicolonização da democracia”.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt, – *Babel: entre a incerteza e a esperança*/ Zygmunt Bauman, Ezio Mauro; tradução Renato Aguiar. – 1 ed. – Rio de Janeiro, Zahar, 2016. P. 26.
- CASTELLS, Manuel, 1942 – *O poder da comunicação* / Manuel Castells; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga . – 5 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. P. 33.
- DWORKIN, Ronald: *A raposa e o porco espinho: justiça e valor* / Ronald Dworkin ; tradução Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 465.

FLUSSER, Vilém / *Comunicologia: reflexões sobre o futuro : As conferências de Bochum* / Vilém Flusser : Tradução de Tereza Maria Souza Castro ; edição por Silvia Wagnermaier e Siegfried Zielinski ; com prefácio de Friedrich A. Kittler e pós-fácio de Silvia Wagnermaier, - São Paulo : Martins Fontes – Selo Martins, 2014. P. 211. 219.

KRESS, G. *Linguistic processes in sociocultural practices*. Oxford: Oxford UP, 1989.

LEVY, Pierre – *Cibercultura* Pierre Ley; Tradução Carlos Irineu da Costa / São Paulo: 34 ed, 1999, 264p, (Coleção Trans).

MACIEL, Anna Maria Becker. *Da terminologia de uma linguagem de ação* [Cdi02] Actas do VIII Simposio Iberoamericano de Terminología: La terminología, entre la globalización y la localización. Cartagena de Indias, 28-31 de octubre de 2002. Disponível em <http://www.riterm.net/actes/8simposio/cartagena.htm> Acesso em 20/12/2006.

MCLUHAN, Marshall – *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*; tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP [1972], 390 p, (Cultura, sociedade e educação) v.19.

ORTEGA Y GASSET, José – *A rebelião das massas* / José Ortega e Gasset, tradução de Felipe Denardi – Campinas, SP: Vide Editorial, 2016, p. 77.

POPPER, Karl Raimund, Sir, 1902, 1904 – *A lógica da pesquisa científica* / Karl R. Popper; tradução Leonidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. – 2 ed. – São Paulo: Cultrix, 2013. P. 27.

RESENDE, Viviane de Melo, *Análise do discurso crítica* / Viviane de Melo e Resende e Viviane Ramalho. – São Paulo : Contexto, 2006. p. 19.

REZEK, José Francisco / *Direito Internacional Público* – Curso elementar: Francisco Rezek. – 17 ed. – São Paulo. – Saraiva, 2018, p. 61.

SADIN, Erik – *La siliconización del mundo: la irresistible expansión del liberalismo digital*, 1ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SPAREMBERGER, Raquel – *Sociedade da informação e “fake democracy”: os riscos à liberdade de expressão e a democracia constitucional* / Raquel Fabiana Lopes Sparemberger; Murilo Borges (Org.) Cap. Filipe Eduardo Macedo de Menezes e João Paulo Allain Teixeira – Educação para o uso da internet e desinformação na pós-modernidade: o novo paradigma constitucional da sociedade de redes, Andralina, 1. Ed. Editora Meraki, 2021, p. 225.

THOMPSON, John B *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* / John B. Thompson 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. P. 133.

QUALIFICAÇÃO

Filipe Eduardo Macedo de Menezes – Mestrando vinculado ao PPGD Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Pós-graduado em Direito Civil e Empresarial pela Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade Federal da Paraíba – UFPB). Professor do curso de direito da Uninassau – Caruaru – PE, Grupo Ser Educacional onde leciona as disciplinas de: Direito Civil, Processo Civil e Profissões e Carreiras na era digital. Advogado atuante há dez anos nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Fiscal e Das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICS. Foi assessor jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDDSH do Estado de Pernambuco (2010), bem como, assessor jurídico da Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES do Estado de Pernambuco (2011-2012).

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger – Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Direito pela UFPR. Pós-doutorado pela UFSC. Possui Graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1995). Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Professora do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professora dos cursos de graduação e do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP/RS.

João Paulo Allain Teixeira – Pesquisador do CNPq (bolsa produtividade em pesquisa nível 2). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), Master em Teorías Críticas del Derecho pela Universidad Internacional de Andalucía, Espanha (2000), Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1995). Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco, Professor na Universidade Católica de Pernambuco e Professor nas Faculdades Integradas Barros Melo. Avaliador “ad hoc” do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC). Líder do Grupo de Pesquisa REC – Recife Estudos Constitucionais, no Diretório Geral de Grupos de Pesquisa CNPq. Estágio de pesquisa pós-doutoral no CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra, Portugal (2018). Coordenador do Doutorado Interinstitucional em Direito (DINTER) UNICAP, Recife, PE / UNICATÓLICA, Quixadá, CE. Coordenador da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos da UNICAP.